

**OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS**

**ESBOÇO DA ESTRATÉGIA
REGIONAL PARA ÁFRICA
2022-2026**

A.	SUMÁRIO EXECUTIVO	3
B.	CONTEXTO E ANÁLISE NO TERRENO: Economia política de África	4
C.	UMA NOVA OSF EM ÁFRICA: função, visão, missão e princípios	7
D.	COMO ACONTECE A MUDANÇA: teoria da mudança e abordagens	9
E.	PRIORIDADES, GEOGRAFIAS E PRAZOS DO PROGRAMA	12
1.	EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO	13
3.1	Resistir à captura dos processos e instituições democráticas para defesa contra a subida do autoritarismo	13
3.2	Resistir à captura dos processos e instituições eleitorais	14
3.3	Promover o acesso à informação, os direitos digitais e meios de comunicação independentes	14
3.4	Promoção das artes e cultura para a expressão e participação	14
3.5	Apoiar os HRD no avanço dos direitos e no desafiá-los dos abusos de poder por agentes estatais e não-estatais	15
2.	SEGURANÇA E DIREITOS	15
2.1	Apoiar a supervisão civil do, e um sector de segurança responsabilizável	16
2.2	Apoiar a mudança de narrativa em torno da insegurança e do terrorismo	16
2.3	Protecção e segurança para mulheres e raparigas em zonas de conflito, e promoção de grupos minoritários sexuais e de género	16
3.	RESPONSABILIZAÇÃO E JUSTIÇA	17
3.1	Promover a transformação institucional e a renovação para responsabilização e justiça	17
3.2	Reforçar os mecanismos de direitos humanos e de responsabilização jurídica nacionais, regionais e continentais para uma melhor protecção dos direitos humanos e um melhor acesso à justiça	17
3.3	Desafiar o poder corporativo para garantir o funcionamento das instituições públicas sem a influência da captura	18
3.4	Apoiar e reforçar movimentos transversais de base ampla para promover a agenda de direitos humanos e responsabilização a nível nacional, regional e internacional	18
4.	OPORTUNIDADE E IGUALDADE	18
4.1	Acesso à justiça e direitos dos marginalizados	19
4.2	Abordar a desigualdade apoiando políticas e práticas transformadoras	19
4.3	Apoiar potenciadores e reformas económicas catalisadoras em direcção a economias centradas nas pessoas, inclusivas e sustentáveis	19
4.4	Justiça e governança climática global justa, ancorada nos direitos humanos	21
5.	DIREITOS DAS MULHERES	22
5.1	Posicionar os direitos das mulheres africanas a nível mundial	22
5.2	Fortalecer o campo para ancorar o trabalho dos outros pilares	22
5.3	Apoiar movimentos feministas intersectoriais	22
5.4	Fortalecimento da produção e captação de conhecimento feminista intersectorial	22
6.	INICIATIVAS ESPECIAIS	23
6.1	Revigoração da sociedade civil pan-africana: descolonização do meio académico e influência política e investigação com maior impacto	23
6.2	Promover a influência africana pelo mundo	24

ACRÓNIMOS

ACHPR	Comissão Africana para os Direitos Humanos e das Pessoas
AfCFTA	Acordo da Zona Continental de Comércio Livre de África
AfDB	Banco de Desenvolvimento Africano
AfRO	Escritório Regional de África
AIRI	Instituto Africano para as Relações Internacionais
UA	União Africana
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
COVID-19	Coronavírus 2019
CSO	Organizações da Sociedade Civil
EPRDF	Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope
FPIC	Consentimento livre, prévio e informado
HRDs	Defensores dos Direitos Humanos
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
LGBTQI+	Comunidade Lésbica, Gay, Bissexual, Transgénero, Queer e Intersexo +
MEL	Monitorização, Avaliação e Aprendizagem
ONG	Organizações Não Governamental
OSF	Open Society Foundations (Fundações da Sociedade Aberta)
OSF-Africa	Open Society Foundations (Fundações da Sociedade Aberta) África
OSF-SA	Open Society Foundations (Fundações da Sociedade Aberta) para a África do Sul
OSIEA	Iniciativa de Sociedade Aberta para a África de Leste
OSISA	Iniciativa de Sociedade Aberta para a África de Austral
OSIWA	Iniciativa de Sociedade Aberta para a África de Ocidental
OSUN	Rede Universitária da Open Society
CER	Comunidades Económicas Regionais
SAPS	Programas de Ajuste Estrutural
SEDF	Fundo de Desenvolvimento Económico Soros
PME	Pequenas e Médias Empresas
SDSR	Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos
WHRD	Defensores dos Direitos Humanos das Mulheres
OMC	Organização Mundial do Comércio

A. SUMÁRIO EXECUTIVO

Esta estratégia One Africa (2022-2026) foi desenvolvida ao longo de um intenso período de oito meses, num processo que envolveu colegas das nossas cinco entidades (AfRO, OSF-SA, OSISA, OSIEA e OSIWA). Define a direcção global para a OSF em África nos próximos cinco anos. É flexível dada a nossa complexidade e diversidade, para permitir a adaptação conforme necessária em todos os contextos e ao longo do tempo.

Desenvolvemos esta estratégia integrada para Uma Só África (One Africa), de forma a maximizar os nossos recursos e impacto. O nosso trabalho e o trabalho daqueles que apoiamos enfrenta constrangimentos adicionais devido à COVID-19. Temos de implementar de forma mais estratégica os recursos que nos foram confiados para gerir. Isto significa mudança no pensamento, formas de trabalhar e parcerias. O nosso processo de desenvolvimento da estratégia decorreu também num ambiente interno e externo mudado, oferecendo a oportunidade de quebrar silos geográficos, reconhecendo ao mesmo tempo que o nível nacional permanece como o principal espaço onde as decisões que influenciam as questões da sociedade aberta são tomadas.

A estratégia assume que as consequências políticas, económicas e sociais devido à COVID-19 irá piorar a insegurança, a injustiça e a desigualdade, e afectar de forma desproporcionada os mais vulneráveis. Mas os desafios actuais (crescimento do autoritarismo, da desinformação, das violações dos direitos humanos, falta de acesso, ou acesso desigual a serviços sociais e desigualdade) não se devem apenas à COVID-19. Reflectem problemas estruturais que perduram há muitos anos. O poder político e económico permanece refém das elites políticas e corporativas (trabalhando frequentemente em conjunto). Exercem este poder por interesse próprio, não no interesse das pessoas, com pouca ou nenhuma responsabilização. Devido a políticas, leis, práticas e processos discriminatórios e repressivos, as pessoas, especialmente as mais vulneráveis, permanecem excluídas das oportunidades políticas, económicas e sociais, e da protecção dos direitos humanos. As mulheres estão em maioria, no entanto a tradução desses números em acesso a, e controlo sobre a tomada de decisão e recursos-chave, bens e serviços públicos, permanece limitada. As mulheres continuam a sofrer discriminação baseada no género, e a desigualdade de género é uma das principais responsáveis pela violência doméstica e sexual.

Trabalharemos com, e em auxílio das pessoas e comunidades que vivenciam a autocracia, a injustiça, a pobreza, a exclusão e a desigualdade em todos os países e regiões. Daremos prioridade à diversidade, igualdade e inclusão, com foco particular nas mulheres e nos jovens. O nosso trabalho será organizado em torno de quatro pilares que reflectem as ambições globais da OSF - Expressão e Participação; Segurança e Direitos; Responsabilização e Justiça; e Oportunidade e Igualdade.

Sob esses quatro pilares, perseguiremos os seguintes objectivos estratégicos:

1. *Expressão e participação:* Amplificar a voz das pessoas, através de uma organização consciente para se expressarem e participarem na vida pública, desafiarem e interferirem no exercício do poder não regulado, e responsabilizarem os organismos públicos e privados;
2. *Segurança e Direitos:* Promover uma abordagem baseada nos direitos à governação e responsabilização do sector da segurança, e responder aos desafios existentes e emergentes relacionados com segurança;
3. *Responsabilização e Justiça:* Promover democracias responsabilizáveis, justas e inclusivas governadas por legislação na qual os direitos sejam promovidos e protegidos;
4. *Oportunidade e Igualdade:* Apoiar normas económicas e sociais progressistas, política e práticas que criem oportunidades e promovam a igualdade e os direitos.

Esta estratégia representa a continuidade e a mudança. Embora tenham sido conseguidos muitos ganhos pelos activistas Africanos ao longo das últimas duas décadas, existe agora um assalto sustentado pelos inimigos de uma sociedade aberta contra as leis, políticas e movimentos pelos quais os nossos colegas na sociedade civil lutaram. A audácia perante os adversários e a nossa insistência em financiar um conjunto de vozes diversas e pouco habituais, têm sido elementos definidores das nossas estratégias ao longo de mais de 20 anos. Isto continuará. No entanto, a

nossa nova estratégia oferece uma oportunidade para fechar percursos que não nos levaram onde esperávamos, e trilhar novo território onde necessário, especialmente na justiça intersectorial. Esta estratégia não será aplicada uniformemente através do continente, visto que as circunstâncias nacionais e regionais determinarão a melhor forma de a implementar nas diferentes geografias.

Finalmente, estamos cientes das tensões criadas pela transformação contínua da OSF. A nossa promessa é sermos transparentes e guiados por valores que incluem um carácter feminista, a inclusividade, a solidariedade Pan-Africana e a responsabilização.

B. CONTEXTO E ANÁLISE NO TERRENO: Economia política de África

A OSF iniciou o seu trabalho em África durante as décadas de esperança para o continente. A OSF-SA iniciou o seu trabalho em 1993, quando a África do Sul se preparava para as suas primeiras eleições democráticas. Na África Austral, a primeira fundação regional abriu quando o final do Apartheid e da descolonização da Namíbia acompanharam o fim das guerras civis em Angola e Moçambique. A OSF abriu a sua fundação regional na África Ocidental, onde na maioria dos países francófonos decorria a transição para a democracia, iniciada durante uma onda de conferências nacionais. O fim dos regimes militares no Gana e na Nigéria deu azo às primeiras eleições pluralistas nesses países. A OSIWA criou escritórios em Dakar no ano em que o Senegal teve a sua primeira transição democrática, do partido no governo para a oposição. A OSIEA arrancou durante a euforia da primeira transição democrática no Quênia, enquanto os governos resultantes de revoluções armadas na Etiópia, Eritreia, Ruanda e Uganda prometeram projectar a África Oriental para uma democracia de desenvolvimento sem precedentes.

O vento de mudança e a esperança que então varriam o continente, testemunharam o surgimento de uma sociedade civil determinada a garantir que as políticas públicas consolidavam as transformações prometidas. Os grupos intensificaram a educação cívica e melhoraram as técnicas de monitorização e protecção das eleições. As organizações lutaram por garantir um maior acesso à justiça. Os activistas analisaram o impacto das escolhas orçamentais na qualidade de vida das pessoas e monitorizaram a despesa pública. Os governos e as instituições públicas fizeram progressos, tornando os procedimentos de tomada de decisão transparentes e abertos a uma maior participação pública.

O final da Guerra Fria levou a previsões da perda do interesse geoestratégico em África. E, para desacreditar as previsões, floresceu uma dupla revolução. A revolução democrática - também denominada Segunda Revolução após o movimento independentista dos anos 60 - começou no início dos anos 90. E o “Renascimento Africano” foi introduzido pela transformação da OUA na UA. A revolução democrática caracterizou-se por uma onda de definição de normas e criação de instituições sem precedentes, em direcção ao constitucionalismo, leis e práticas para uma melhor governança e um maior respeito pelos direitos humanos. Foram criadas instituições nacionais de direitos humanos e organismos contra a corrupção, o poder judicial foi reforçado juntamente com instituições de supervisão, como comissões parlamentares ou auditores públicos. A UA e os blocos regionais também adoptaram normas e padrões para promover os princípios e as instituições democráticas, combater as mudanças de governo inconstitucionais, e promover a participação popular e os direitos humanos. Os documentos fundadores incluíram: o Acto Constitutivo da UA (2000); a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD, 2001); O Mecanismo Africano de Revisão por Pares (APRM, 2002); a Convenção da UA para a Prevenção e Combate à Corrupção (2003); e a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança (2007).

É paradoxal que o interesse em África como mercado fronteiriço, e como teatro para batalhas ideológicas de geopolítica e de segurança, esteja a reemergir actualmente quando as duas revoluções descritas acima estão a experienciar exaustão. Desde o início de 2010, que tem existido uma erosão dos ganhos democráticos das últimas três décadas. Embora o Afrobarómetro, a organização de pesquisa e investigação pan-Africana, continue a registar uma ligação popular à democracia, a euforia dos anos 90 evaporou-se. O constitucionalismo estagnou à medida que os avanços constitucionais, como a limitação dos mandatos presenciais, estão a ser desmantelados. A participação popular foi reduzida a formalidades, com as eleições pluralistas a produzirem governos autoritários. As instituições nacionais de direitos humanos e contra a corrupção estão a falhar, enquanto que o poder judicial foi enfraquecido pela cooptação, intimidação e asfixia financeira.

O progresso acabou por ser mais frágil do que o esperado. Estas transições ocorreram no auge da onda neoliberal, cuja agenda de boa governança transportava uma definição restrita da democracia assente em eleições multipartidárias, livres e justas, no constitucionalismo e no Estado de direito. Esta abordagem formal resultou da concepção da transição democrática como estando dissociada de uma agenda económica e social, o que impeliu os estados africanos à liberalização, a abrir os seus jovens mercados à concorrência estrangeira, e a desinvestir na transformação estrutural e no fornecimento de bens públicos como a educação e a saúde.

Uma tendência notável é o isolamento dos problemas económicos dos problemas políticos e sociais, e a insistência em abordá-los como prioridade. A primeira geração de líderes políticos pós-independência, era composta por líderes comunitários e sindicais que deviam as suas credenciais como organizadores de massas e à sua participação na luta pela emancipação política após a Segunda Grande Guerra Mundial. A partir dos anos 80, África viu o surgimento de uma nova classe de líderes políticos que baseavam a sua reputação no seu conhecimento económico especializado. Alguns chegaram directamente de IFI, e tinham pouca ou nenhuma experiência na organização comunitária ou sindical. As agências estatais foram invadidas por peritos técnicos. Garantir o crescimento económico e manter um bom clima empresarial, é agora mais prioritário do que resolver a desigualdade e o baixo poder de compra das pessoas. As reformas são avaliadas com base na sua robustez técnica, ao invés dos seus impactos políticos e sociais. Durante a concepção e implementação destas reformas, as opiniões das IFI e das agência de rating suplantam as dos parlamentos e grupos de interesse nacional. As formas de consulta política, como as eleições e os debates parlamentares são vistos como uma perturbação se ameaçarem a eficiência.

As tentativas de isolar a economia da interferência política provaram ser ilusórias e contraproducentes. A ortodoxia económica neoliberal prevalecente, levou à atrofia dos estados africanos, a uma erosão dos investimentos em bens e serviços públicos, e a um desinteresse sobre os impactos das alterações climáticas. Este pensamento não surgiu apenas do exterior. Está também disseminado entre as elites políticas e económicas do país, juntamente com políticas internas autodestrutivas.

Vemos isto, por exemplo, nas consequências da onda neoliberal de liberalização e privatização em África. Ambas foram promovidas para introduzir disciplina de mercado na forma como estado funciona, reduzindo a sua sob a economia. Isto, por sua vez, tinha como objectivo dar lugar a uma classe empresarial local que prosperaria livre do estado intervencionista - uma tese inspirada pela Europa do século 19, onde o crescimento de uma burguesia económica favoreceu o nascimento de liberdades políticas. Em África, no entanto, aconteceu o oposto. Em alguns casos, onde a elite económica era fraca ou ainda não estava criada, a liberalização e a privatização permitiram à elite política capturar recursos públicos para benefício próprio. Noutros casos, a elite económica ficou dependente dos recursos públicos, impedindo-a de agir como contramedida à elite política. A cumplicidade entre as elites económicas e política, e o estado, decorre de forma viciosa. Para prosperar, a elite económica tende a tomar controlo do —capturar—estado. Pela sua parte, a elite política está demasiado imiscuída na economia para que o estado funcione adequadamente como avalista do interesse público e regulador da elite económica. Os governos recorrem assim a políticas coercivas e impopulares que minam a transparência e fecham o espaço cívico.

A erosão do contrato social entre um estado refém e uma população empobrecida, é o porquê dos ganhos da construção nacional das décadas anteriores se estarem a dismantelar. A erosão deu azo ao fundamentalismo e extremismo violento por parte dos agentes não-estatais. Com toda a África Ocidental agora ao alcance dos fundamentalistas, por exemplo, a violência já não é a prerrogativa dos estados falhados, nem está confinada a territórios ou segmentos da sociedade abandonados pelo estado. No Mali, o extremismo violento emergiu mesmo quando o governo era aplaudido pela sua “democracia consensual” que procurava contornar as corridas eleitorais. O extremismo violento no Sael e noutros locais alimenta-se da incapacidade ou relutância do envolvimento em debates públicos para confrontar as divisões das sociedades afectadas - entre agricultores e pastores, entre descendentes de castas diferentes, e entre praticantes de diferentes formas de islamismo.

Os regimes que chegam ao poder - por golpe de estado - sob o compromisso de “limpar a casa” e impor legitimidade política, também enfraquecem o estado. As ditaduras militares são sistemáticas no seu enfraquecimento da cultura e instituições políticas, através da institucionalização das rendas e da cooptação. As versões modernas propõem uma alternativa ao neoliberalismo na forma de um “estado de desenvolvimento” baseado na premissa de que a principal

tarifa do estado é fornecer segurança e serviços públicos, e que as liberdades políticas e direitos são permissíveis desde que o seu exercício não interfira com esta tarefa. No entanto, a fragilidade do desenvolvimento alcançado sob esta premissa é evidente na Etiópia pós-EPRDF ou na Costa do Marfim pós- crise, com o risco de perda dos benefícios do desenvolvimento, e do estado de direito e respeito pelas liberdades.

Por outras palavras, a fragilidade das transições democráticas formais é cada vez mais aparente. Os desafios de longa data de África, tais como o controlo patriarcal sobre o género e a sexualidade, a violência contra as mulheres e as pessoas com diversidade de género, a má gestão da diferença e diversidade, da desigualdade, a liderança corrupta e fraca, a pobreza e a volatilidade económica, permanecem enraizados nas eras coloniais, do Apartheid e da Guerra Fria. Os agentes externos continuam a corroer a voz e agência dos africanos. Estes desafios persistem devido à falha da maioria dos estados africanos na transformação das relações de poder baseadas no género, e do estado colonial. África enfrenta o duplo desafio de resolver as suas injustiças internas, ao mesmo tempo que aborda a hierarquia do poder global que continua sistematicamente a prejudicá-la.

O processo de reforma da UA iniciado em 2016 foi uma admissão de que o Renascimento Africano tinha chegado a um beco sem saída, e um reconhecimento da necessidade de injectar um novo ímpeto através da reorientação das prioridades da organização, e de a tornar mais eficiente. Um Renascimento Africano renovado terá de confrontar: a desigualdade de género; a má gestão da diversidade étnica, religiosa e outras formas de diversidade; a ameaça das alterações climáticas; e outras ameaças que são melhor abordadas colectivamente.

Se a mudança começar com uma predisposição mental, o continente está num melhor ponto de partida graças à desacreditação das teorias fatalistas sobre África. Durante muito tempo, era moda acreditar que existia algo genuinamente Africano relativamente às fraquezas estruturais de África. Mas a crise financeira de 2008 mostrou que os outros continentes sofrem das mesmas patologias e requerem o mesmo tipo de terapias. Agora, ninguém acredita que os ataques à democracia só acontecem em África. O autoritarismo e o populismo na Europa Ocidental e na América do Norte refutam a noção de que a fragilidade da democracia é exclusiva de África. Do mesmo modo, durante a crise da COVID-29, as previsões para África acabaram por se revelar falsas.

Assim que a desgraça tiver sido desconstruída, é importante jogar com os pontos fortes de África. Um deles é o renascimento do feminismo africano. As feministas africanas fizeram parte dos movimentos de libertação anticolonial. Durante o século 20, os movimentos feministas africanos continuaram a exigir liberdade, igualdade e direitos. No entanto, os movimentos feministas lutam com a deturpação do feminismo com “não-africano” e Ocidental, por parte das mulheres e homens conservadores que desejam manter as ordens patriarcais pré-coloniais. A mesma retórica heteronormativa é utilizada para descrever a homossexualidade como não-africana, e para utilizar as leis coloniais para ameaçar e violar os direitos da comunidade LGBTQI+ do continente. O feminismo africano é um quadro político que identifica o poder patriarcal, o sexismo e a misoginia como fonte fundamental de injustiça e desigualdade, e que pede a liberdade de todas as mulheres africanas.

As instituições públicas ou da sociedade civil para monitorizar as transições democráticas parecem esgotadas. Mas o vazio criado dá espaço a movimentos sociais novos e mais jovens, que propõem novos tipos de participação cívica. Os jovens são outro activo. Não só África tem a população mais jovem, como os seus jovens estão entre os mais envolvidos na política. Demonstrando imaginação, incluindo através do domínio inovador das novas tecnologias da informação e comunicação, os jovens africanos estão agora na linha da frente da luta contra o autoritarismo, a injustiça e a desigualdade.

Uma das lições da COVID-19, é que restaurar a acção estatal não é apenas desejável - é uma necessidade. Tal como a inacção por parte do Estado permitiu as consequências sanitárias mais desastrosas da pandemia, os efeitos económicos e sociais da pandemia só podem ser mitigados pelo Estado.

O continente está também a renovar a motivação para um multilateralismo renovado e mais justo. Assinar o AfCFTA durante a onda de acantonamentos nacionalistas derivados do multilateralismo global, envia um sinal. A campanha liderada pelo Sul Global para justiça nas vacinas, ancorada a uma posição africana comum na OMC, é outro desses sinais. Ancoramos, por isso, o nosso trabalho na mudança para restaurar a voz e agência de África, que é detida pelas pessoas internamente e conectada aos mecanismos e processos multilaterais. Alcançar melhores resultados

económicos e sociais para os africanos exige a conceptualização do nosso trabalho no enquadramento de uma África global: uma que procura maximizar os seus impactos na política global, na política e prática, para uma mudança interna e continental.

C. UMA NOVA OSF EM ÁFRICA: função, visão, missão e princípios

Função: Para responder ao contexto em mudança apresentado na análise de campo (Secção B), a OSF está à procura de intensificar o seu envolvimento em África nos próximos cinco anos. Para o fazer eficazmente, a OSF vai integrar as suas cinco entidades africanas numa estrutura e equipa One Africa (Uma Só Africa), optimizadas para fornecer uma estratégia One Africa única e coerente, com raízes locais, relevância regional, assertividade global e fundamental a nível continental. A Estratégia One Africa (2022-2026) chega quando a OSF no geral se está a tornar uma organização mais global, ao reafirmar a nossa proximidade aos desafios locais, passando a ser mais orientada a nível regional, focando os nossos esforços globais em menos prioridades, e aderindo a uma abordagem mais integrada através da rede - tudo com o objectivo de alcançar impactos externos significativos e duradouros. O trabalho da OSF globalmente está comprometido com a Expressão, Justiça e Igualdade, com um trabalho transversal em torno do clima e da justiça intersectorial. A estratégia One Africa procura promover prioridades semelhantes no continente, enraizadas e enquadradas a partir de uma perspectiva africana, para chegar aos desafios actuais e interligados de uma sociedade aberta.

Aproveitando três décadas de trabalho em África¹, estamos a reestruturar o nosso trabalho com uma abordagem pan-Africana aos desafios do quotidiano, e às oportunidades no continente. Ao fazê-lo, a OSF tornar-se-á a maior filantropia política em África, posicionada de forma única para ter um impacto em larga escala, e poder continuar a contribuir para vitórias tangíveis da sociedade aberta. Estas aspirações exigem uma abordagem robusta ao nosso enquadramento, uma monitorização e avaliação dos resultados, assim como aprender a realizar os nossos objectivos de impacto.

Como filantropia política, os nossos esforços centrar-se-ão no apoio à mudança estrutural, tendo necessariamente uma visão a longo prazo do nosso trabalho e parcerias. Estaremos abertos e dispostos a correr riscos, experimentar e inovar em busca de um impacto de larga escala, incluindo através do trabalho em questões importantes que mais ninguém se quer envolver, e a aprender com os nossos esforços à medida que criamos caminhos para outros. Isto tem implicações para a monitorização e avaliação, assim como para as abordagens e práticas de aprendizagem que temos de adoptar daqui para a frente. Procuraremos aprender com os nossos beneficiários, com os nossos próprios esforços e experiências que informarão as nossas escolhas e decisões a curto, médio e longo prazo. À medida que adoptamos uma abordagem deliberadamente feminista e intersectorial, empregaremos abordagens e práticas feminista à nossa concessão de subvenções, criação de parcerias e aprendizagem.

Melhoraremos a advocacia em nosso nome, em questões e situações que beneficiariam da voz, redes, ferramentas e recursos da OSF, para o progresso em causas que partilhamos com os nossos parceiros. No entanto, estamos cientes que a nossa capacidade para conseguir uma mudança transformadora em larga escala, depende de parcerias significativas com outros (activistas, instituições, movimentos, sociedade civil e governos) para voltar a energizar um ecossistema de patrocínio da justiça social vibrante e adequado para essa finalidade. Conscientes do nosso próprio poder como instituição de criação de subvenções, e das limitações como marca global, compreendemos que o nosso lugar no panorama africano seja desempenhar um papel catalisador, colaborador e de suporte para a visão abaixo.

Visão: Uma África integrada, vibrante, com respeito próprio e respeitada globalmente, caracterizada por governança democrática, desenvolvimento sustentável e sistemas económicos que ofereçam resultados mais justos, inclusivos e responsabilizáveis com, e para as pessoas e o ambiente em África.

Missão: Promover a justiça de género e os direitos das mulheres, aprofundar a democracia, a governança responsabilizável e o desenvolvimento inclusivo em África através de criação de subvenções e advocacia participativas e estratégicas.

¹ O alcance actual da OSF chega a quatro regiões de África (África de Leste, Central, Austral e Ocidental), com 3800 parceiros em 33 países (que vão de organizações comunitárias a governos) e um orçamento superior a 120 milhões de USD.

Daremos preferência a, e seremos guiados pelas ideias, vozes e agência das mulheres, jovens organizações e movimentos africanos, na prossecução da nossa visão e missão.

Para o alcançar, cultivaremos:

Parcerias mais equitativas e com maior impacto: Permanecemos dedicados a uma prática de parcerias inclusivas, abordando os beneficiários e outras partes interessadas com reciprocidade e sensibilidade em relação às realidades e necessidades contextuais. Avaliaremos o nosso portefólio actual para garantir a diversidade dos parceiros necessária para o nosso mandato pan-africano, níveis de participação adequados (locais e globais) e escala, para realizar os resultados pretendidos para esta estratégia. Concederemos subvenções maiores às principais instituições-âncora durante períodos maiores, ao mesmo tempo que continuaremos a investir em criadores de mudança emergentes. Conectaremos os nossos parceiros que trabalham em diferentes níveis e escala, para a criação de alianças. Continuaremos a investir todo o nosso financiamento nas pessoas e instituições africanas, no continente e na Diáspora. Para reforçar a justiça intersectorial e de género, iremos dar prioridade ao financiamento de organizações lideradas por mulheres e feministas, e ao reforço dos investimentos na organização feminista mais jovem. Para promover o lugar de África no mundo, e reforçar as vozes africanas e do Sul Global nos espaços políticos globais, forjaremos alianças Sul-Sul e Sul-Norte mais robustas, em conjunto com e através dos nossos parceiros. As nossas parcerias, incluindo com governos, serão motivadas pelo nosso compromisso de apoiar a voz e agência dos povos, como força central de mudança.

Advocacia: Ao longo das últimas três décadas, a OSF apoiou a advocacia dos parceiros e participou em advocacia directa. Em sintonia com o aumento do investimento da OSF em defesa de direitos e campanhas, intensificaremos ambos os caminhos e garantiremos uma maior integração e coordenação dos mesmos. Iremos conceber uma estratégia de advocacia conjunta, para toda a África, para promover os objectivos nesta estratégia. Iremos fazê-lo em consulta com parceiros e principais partes interessadas, uma vez que a finalidade da nossa advocacia pan-africana é apoiar as iniciativas de mudança dos povos.

Aprendizagem: Aumentaremos o nosso foco na monitorização, avaliação e aprendizagem para adaptar o nosso curso para o impacto à medida que progredimos, dada a não-linearidade da mudança e a incerteza dos nossos tempos. Todo o nosso trabalho será baseado em conhecimento, para permitir uma melhoria contínua. Temos com meta ser líderes de pensamento em áreas seleccionadas, e iremos partilhar e utilizar estrategicamente o conhecimento gerado com parceiros e partes interessadas relevantes. Procuraremos ultrapassar e reequilibrar as tendências patriarcais, de supremacia branca, elitistas, neocoloniais e neoliberais na nossa produção e adopção de conhecimento.

Pegada estratégica: A OSF realiza actualmente trabalho em 33 países através de 11 escritórios. Recalibraremos a nossa presença física e alcance continental através da estratégia e estrutura One Africa. Ao fazê-lo, atingiremos um equilíbrio entre proximidade às realidades locais e cobertura adequada do continente, alavancando os espaços mais politicamente estratégicos, e garantindo que estamos nos locais mais conducentes para, ou a necessitarem de trabalho para uma sociedade aberta.

Pessoas e cultura: À medida que nos transformamos na estrutura One Africa, renovamos o nosso compromisso de construir uma equipa pan-africana de ponta que seja curiosa, arrojada, colaborativa, comprometida com os mais elevados padrões de integridade, e orientado para o impacto. Criaremos um ambiente de trabalho no qual nos tratemos uns aos outros com empatia e respeito, no qual a diversidade de pensamento e a igualdade sejam fomentadas, e os valores organizacionais sejam vividos e praticados.

Princípios: Seremos guiados pelos seguintes princípios em todas as nossas interações - tanto internas como externas:

Solidariedade Pan-Africana: Embora reconhecendo a diversidade de África, daremos as mãos, apoiando e colaborando através de fronteiras para aprofundar e modelar as aspirações dos africanos a uma maior integração e unidade, com base em valores partilhados;

Igualdade: Todos têm o direito a ser tratados de forma justa, e a terem os mesmos direitos e oportunidades;

Inclusividade: Abraçamos a diversidade e retiramos inspiração das diferentes perspectivas e contribuições de todas as pessoas e comunidades, nas suas lutas respectivas e interligadas contra a pobreza e a injustiça. Abraçamos os mesmos valores internamente e o nosso recrutamento, a nossa contratação e as nossas intervenções aderirão à diversidade;

Humildade: Valorizaremos os outros e as suas histórias de superação, admitiremos os erros, e reconheceremos as dinâmicas de poder inerentes à filantropia.

Coragem: O nosso trabalho assenta no nosso compromisso com a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos. Falaremos ao poder com a verdade e não contemplaremos quaisquer interesses sectoriais, políticos ou corporativos. Agiremos com convicção na justiça das nossas causas;

Responsabilização: Assumiremos a responsabilidade pelas nossas acções e seremos responsabilizáveis perante as pessoas com e para quem trabalhamos;

Inovação motivada pelo conhecimento: Acreditamos na cultura, no poder, conhecimento, nas narrativas e experiências vividas de África, para gerar soluções para os desafios da sociedade aberta Africana e global. Investiremos no poder cultural, intelectual, institucional e das pessoas de África para promover as nossas causas e formas inovadoras;

Orientação para a transformação: O nosso trabalho centra-se nas próprias iniciativas para a mudança das pessoas de África, e iremos reconhecer e procurar expandir a voz e agência das pessoas sobre as suas próprias vidas e as decisões que têm impacto nelas. Procuraremos adicionar valor em direcção a resultados tangíveis para as vidas das pessoas, comunidades e eleitorados que servimos.

D. COMO ACONTECE A MUDANÇA: teoria da mudança e abordagens

Teoria da mudança: A nossa ambição é contribuir para a mudança transformadora aos níveis nacional, regional, continental e global. Somos guiados pelo provérbio africano: “Se quiser ir rapidamente, vá sozinho, e se quiser ir longe, vá com os outros.” Alcançaremos, como tal, impacto fazendo parte um ecossistema pan-africano para a transformação política e socioeconómica, motivado por valores de justiça económica e social. Procuraremos a mudança em larga escala, agindo em solidariedade com, e amplificando as vozes e agência das pessoas mais directamente afectadas pela autocracia, exclusão, violações dos direitos humanos, injustiça e pobreza.

Este trabalho é consolidado em áreas onde a OSF tem força e valor adicional, em comparação com outras filantropias. O nosso trabalho assenta no princípio de que temos de apoiar processos de reequilíbrio do poder na vida política, na forma como a economia se interliga com a sociedade, e como a dignidade das pessoas é mantida através dos seus direitos. A governança política e económica falhada, e os quadros políticos insustentáveis deram azo a desafios manifestados no fundamentalismo religioso, a uma cultura de repressão e violência, incluindo violência contra mulheres, cuidados de saúde deficitários e sistemas educativos deficitários e não inclusivos. A nossa aspiração é apoiar a voz e acção dos mais marginalizados e a prossecução progressiva da Expressão e Participação, Segurança e Direitos, Responsabilização e Justiça e Oportunidade e Igualdade. O nosso trabalho centra a prática democrática, o respeito pelos direitos humanos e os princípios da justiça económica e social.

As dinâmicas de poder tornaram-se mais complexas - passando das instituições estatais formais e das pessoas como principais interlocutores, para redes múltiplas e invisíveis de actores. A OSF tem de apoiar de forma consistente e eficaz, estratégias que procuram dar visibilidade, desafiar e transformar estas dinâmicas de poder. Alguns problemas manifestam-se a nível local, mas têm raízes globais. Tais problemas podem exigir respostas colectivas, pan-africanas e globais, tais como a COVID-19 e as alterações climáticas. As elites políticas e económicas em África

estão também conectadas desde os níveis locais aos globais, e abordar os desafios causados pela concertação das elites requer solidariedade global dentro e para além da OSF.

O nosso entendimento é que a mudança deriva de vários ângulos de influência. Desmantelar as estruturas de poder patriarcais e heteronormativas e abordar a fragilidade, a desigualdade e a pobreza, requer um entendimento do poder visível, oculto e invisível que oprime e lucra com os marginalizados. As dinâmicas de poder estão sempre a mudar de formas que nem sempre conseguimos prever, e a nossa abordagem será, por isso, aberta a ajustes. Os nossos esforços serão focados onde os nossos impactos forem mais significativos - onde as pessoas forem mais afectadas pela injustiça, discriminação, exclusão, desigualdade e pobreza, ou onde a nossa influência sobre as pessoas, as instituições e a tomada de decisão tenha o potencial para transformar vidas. Para atendermos a este futuro complexo e imprevisível, temos de melhorar a nossa capacidade de adaptação rápida a contextos em mudança. O nosso conjunto de abordagens e ferramentas permitir-nos-á atingir um impacto diferenciado e mensurável. O seguinte constitui a nossa teoria da mudança e informará tudo o que fazemos.

Poder das pessoas: Amplificaremos as vozes e acções dos artistas, activistas, académicos, sociedade civil, movimentos sociais, sector privado e agentes estatais africanos, assim como de quaisquer outras partes interessadas que trabalhem no combate à discriminação, à desigualdade, à injustiça, à impunidade e à pobreza. Oferecemos apoio financeiro e outras formas de apoio onde necessário, e advogaremos por e actuaremos junto deles para transformar as suas vidas. Isto inclui apoiar a mobilização e organização offline e online para alterar narrativas, mudar opiniões e envolver tomadores de decisão aos níveis nacional, regional, continental e internacional, através de comunicações estratégicas.

Justiça de género: Adoptaremos uma abordagem de justiça de género em todo o nosso trabalho. Daremos prioridade a abordagens e soluções que procurem acabar com a discriminação, as violações dos direitos e a injustiça sofridas por mulheres e pessoas de género não conforme. Adoptaremos abordagens inclusivas que se foquem num melhor entendimento e desmantelamento da hierarquia e da subordinação, e também na forma como as relações de poder guiam a desigualdade, a injustiça e a pobreza (incluindo o fundamentalismo religioso, as masculinidades opressivas e o racismo sistémico). Apoiaremos também as pessoas LGBTQI+ e de género não-binário, na afirmação do direito de todas as pessoas à liberdade de identidade de género e orientação sexual, e a desafiar o regulamento e controlo dos corpos, escolhas e géneros e identidades sexuais das pessoas.

Organização transversal a questões e movimentos: Criaremos alianças dentro, através e entre países, regiões e continentes em várias disciplinas, questões e temas dos níveis local ao global. Alavancaremos o poder do conhecimento colectivo para compreender e responder à desigualdade, à injustiça, à impunidade e à pobreza a partir de causas locais, regionais, continentais, do Norte e do Sul. Sensibilizaremos para a forma como as normas e instituições (públicas e privadas) que causam a desigualdade, injustiça, impunidade e pobreza estão interrelacionadas entre geografias, questões e temas, apoiando e conectando comunidades e movimentos da sociedade civil e sociais, entre países e regiões dentro e para além de África. Aproveitaremos o seu conhecimento e faremos campanha conjunta para influenciar a tomada de decisão e alcançar soluções.

Criar poder Sul-Sul e Sul-Norte: Criaremos envolvimento com poderes do Norte e do Sul Global relevantes, incluindo os países BRICS, assim como com processos multilaterais fundamentais que abordem o desenvolvimento, a segurança, o financiamento para o desenvolvimento, a dívida e o clima. Quando relevante, criaremos envolvimento e/ou parcerias com as CER e a UA, assim como com bancos de desenvolvimento regional, a ONU e as IFI, e outras iniciativas e instituições multilaterais. Trabalharemos para garantir o impacto de África dentro da OSF e do mundo

mais amplo. África e os africanos têm soluções tanto para a governança africana como para a global, e os desafios de desenvolvimento e desafios comuns nos diferentes continentes requerem soluções comuns e maior colaboração.

A nossa teoria de mudança apoia o trabalho com parceiros para implementar intervenções catalisadoras, específicas ao contexto e estratégias para alcançar uma mudança positiva nas atitudes e comportamentos das pessoas, do sector privado, dos governos e dos organismos regionais. A nossa ambição é investir em oportunidades de impacto elevado, e de curto prazo, assim como em transformação estrutural a longo prazo. SE investirmos no reforço de movimentos de base ampla, incluindo novos movimentos de jovens e mulheres, abordagens intersectoriais e pan-Africanas, assim como agentes estatais e privados progressistas, ENTÃO criaremos uma massa crítica em direcção a uma mudança transformadora nas comunidades, espaços nacionais e no continente. A chave é tornar o sector privado, os organismos regionais e internacionais mais responsivos e responsabilizáveis pelas necessidades das pessoas, em particular dos marginalizados.

Como trabalharemos para a mudança: Esta estratégia irá ainda exigir leituras específicas para cada contexto, para melhor determinar como a implementar nas nossas diferentes sub-regiões? Serão feitas escolhas táticas e operacionais. Não sacrificaremos as nuances e a especificidade na prossecução de uma abordagem continental. Incentivaremos a curiosidade e o dinamismo através da redução das barreiras burocráticas, administrativas e financeiros que inibem o financiamento e a advocacia pan-africana. Utilizaremos uma gama de abordagens e ferramentas como as seguintes:

Criação de subvenções: Com foco no desenvolvimento da liderança e na participação comunitária para fazer ouvir as vozes e experiências dos marginalizados. As subvenções apoiarão a mobilização e organização daqueles que luta contra a exclusão, a injustiça, a impunidade e a pobreza. Oferecemos ajuda directa e colaboração para fomentar uma mudança positiva. Para promover a justiça de género, financiaremos organizações e movimentos intersectoriais liderados por mulheres e feministas, incluindo os da comunidade LGBTQI+. Oferecemos apoio flexível e fundamental, subvenções a longo prazo, e utilizaremos abordagens e ferramentas feministas de monitorização, avaliação e medição.

Artes e cultura: Apoiaremos artistas e produtores culturais na interferia nas causas da crise da fragilidade, incluindo narrativas dos deixados de fora, suprimidos ou ignorados, e expandindo as interligações entre entretenimento e democracia, e direitos e promoção da justiça económica e social.

Geração de conhecimento e investigação: Para melhorar a base de evidências para advocacia e participação política. Acreditamos na liderança, agência e poder do conhecimento africano, e nas instituições de investigação para oferecerem soluções aos desafios africanos e globais. Investiremos no reforço das narrativas e do conhecimento africano baseado em evidência. Procuraremos que as novas perspectivas gerem soluções para problemas. Apoiaremos o intercâmbio inter-geracional e as aprendizagens para a criação e transferência de competências.

Convénios, colaborações e parcerias: Expandiremos o nosso papel congregador a nível nacional e continental, através da colaboração estratégica com outras partes para expandir o nosso conhecimento e influência colectiva. Encontraremos formas igualitárias e flexíveis de participação, adaptação às suas formas de trabalhar e seremos responsáveis perante elas. Adaptaremos as nossas abordagens, processos e sistemas para garantir maior agilidade, inovação, resposta e respeito mútuo nas nossas colaborações.

Advocacia e campanhas: À medida que aumentamos a nossa própria advocacia e campanhas, não suplantaremos as vozes e agência africanas com a nossa. Agimos com e para os nossos beneficiários. A nossa advocacia terá um foco e liderança pan-africana, mas determinaremos sempre o melhor ponto de entrada (nacional, regional ou

continental) para promover um objectivo de advocacia em particular com base na nossa análise do contexto e dos intervenientes, assim como nas nossas capacidades e nas dos nossos parceiros.

Litigação estratégica: Este é um caminho de mudança visto que, numa era de crescente intolerância política, os tribunais são dos poucos espaços onde a autoridade pode ser questionada, a discordância expressada e o escrutínio independente aplicado. Sempre que adequado, trabalharemos com a JI neste sentido.

Filantropia africana e investimento para o impacto: África tem um sector filantrópico em rápido crescimento composto por fundações, fundos de investimento de impacto e várias formas de poupanças comunitárias e ferramentas de investimento. Não obstante o seu dinamismo, os fluxos de capital para, no e através do continente atolados em preconceito de género e racial. Queremos ver um campo de investimento e filantrópico mais justo em África, servindo as ambições dos africanos, interrompendo as dinâmicas de poder na tomada de decisões, e ancorado numa agenda autodeterminada para a mudança. Iremos: a) apoiar o aprofundamento e reforço da filantropia e investigação africana sobre doações em África; b) acelerar a nossa parceria com o SED e fundos de investimento africano para abordar o preconceito, co-definir o impacto social e garantir fluxos de capital mais personalizados para as empresas africanas; e c) identificar proactivamente potenciais oportunidades para apoiar as mulheres e os jovens no acesso a capital financeiro para investimentos com impacto social

Aprendizagem: Um princípio-chave é aprender com o que fazemos e como o fazemos, para maximizar o nosso impacto, e o dos nossos parceiros, num contexto caracterizado por aumento das necessidades e recursos limitados. Adoptaremos uma abordagem de aprendizagem integrada - encorajando a aprendizagem individual, a aprendizagem em equipa, a aprendizagem organizacional e a aprendizagem inter-organizacional, com circuitos e mecanismos de feedback eficazes. A aprendizagem no terreno será fundamental - os nossos beneficiários e comunidades, que são os detentores do conhecimento em relação ao que funciona melhor para eles.

E. PRIORIDADES, GEOGRAFIAS E PRAZOS DO PROGRAMA

Aplicaremos a teoria da mudança acima para promover o progresso nos nossos quatro pilares de trabalho (que espelham os pilares globais da OSF: Expressão e Participação; Segurança e Direitos; Responsabilização e Justiça; e Oportunidade e Igualdade. Os pilares são lentes panorâmicas através das quais compreendemos o nosso trabalho e o nosso valor adicionado - através de especificidades temáticas e geográficas - e a partir das quais derivamos os nossos quatro objectivos estratégicos:

1. *Expressão e participação:* Amplificar a voz das pessoas, através de uma organização consciente para se expressarem e participarem na vida pública, desafiarem e interferirem no exercício do poder não regulado, e responsabilizarem os organismos públicos e privados;
2. *Segurança e Direitos:* Promover uma abordagem baseada nos direitos à governação e responsabilização do sector da segurança, e responder aos desafios existentes e emergentes relacionados com segurança;
3. *Responsabilização e Justiça:* Promover democracias responsabilizáveis, justas e inclusivas governadas por legislação na qual os direitos sejam promovidos e protegidos;
4. *Oportunidade e Igualdade:* Apoiar normas económicas e sociais progressistas, política e práticas que criem oportunidades e promovam a igualdade e os direitos.

A mudança de poder a favor das mulheres e dos jovens é fulcral para o nosso trabalho. Comprometemo-nos com pelo menos 30% do nosso orçamento de criação de subvenções, advocacia, campanhas e programação global, para organizações lideradas por mulheres e feministas. No global, pelo menos 50% do nosso orçamento será adjudicado a organizações lideradas por mulheres, e também lideradas por e focadas nos jovens.

Para atingir os objectivos estratégicos, são concebidos vários objectivos como potenciadores críticos e concretos, utilizando as abordagens e ferramentas delineadas na Secção D. Embora os temas (actualmente enquadrados

como: governação política, direitos humanos; e justiça económica) continuem a ser uma forma de organizar o nosso trabalho, esta estratégia - através dos quatro pilares - procura quebrar silos temáticos inúteis, e inspirar o pensamento temático transversal e a acção colaborativa, para responder de forma conjunta aos desafios da sociedade aberta de África. Similarmente, na geografia, esta estratégia procura quebrar os silos geográficos artificiais, na forma como entendemos o continente e como abordamos o nosso trabalho. Como tal, esta estratégia e a secção abaixo elaboram um roteiro para toda a África, para um progresso mais concertado e coeso em direcção à nossa missão para o continente. Sustentando a nossa ambição pan-africana colectiva, estarão necessariamente intervenções específicas em países e regiões chave, com escolhas táticas sobre investimentos e ferramentas a exercer, com base em análise contextual e intersectorial. Investiremos na geração de conhecimento africano e na exploração do horizonte (interna e externamente) para determinar os nossos melhores pontos de entrada para fazer progressos numa questão ou situação particular. Nesta secção, são definidas implicações geográficas amplas sob cada pilar como guias a serem mais bem definidos durante a implementação.

Finalmente, embora esteja seja uma estratégia a cinco anos, iremos melhorar a agilidade para responder ao nosso continente dinâmico, e adaptar-nos conforme necessário entre contextos e ao longo do tempo - particularmente porque é a primeira estratégia da OSF para toda a África, a ser implementada por uma novíssima estrutura One Africa. Vivendo os nossos valores de sermos orientados para o conhecimento, orientados para a transformação e responsáveis, utilizaremos o período entre 2022 e 2026 para aperfeiçoar e fortalecer ainda mais o caminho estratégico da OSF de uma forma iterativa e, portanto, iremos fortalecer a nossa MEL. Estamos comprometidos com a visão e a ambição colectiva, pan-africana mas permanecemos flexíveis - e educáveis - no nosso pensamento e abordagens para lá chegar.

1. EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO

Meta 1: Amplificar a voz das pessoas, através de uma organização consciente para se expressarem e participarem na vida pública, desafiar e interferirem no exercício do poder não regulado, e responsabilizarem os organismos públicos e privados.

As democracias inclusivas e vibrantes exigem pessoas participativas, livres para se expressarem e participarem nos processos democráticos. A expressão e participação estão limitadas na maioria dos países africanos, onde o espaço cívico e político está fechado ou a fechar devido à promulgação de leis que restringem as liberdades políticas, e à marginalização da maioria dos africanos, particularmente as mulheres e os jovens. Para promover a expressão e a participação, apoiaremos a perturbação e a resistência à captura dos processos e instituições democráticas para defesa contra a subida do autoritarismo. Os investimentos irão também contribuir para a construção de um ecossistema que apoie a organização das pessoas, promovendo o acesso à informação e aos direitos digitais; apoiando protecções para os HRD, especialmente os WHRD; reclamando o espaço cívico utilizando ferramentas como a litigação estratégica; construindo redes e movimentos de solidariedade fortes; utilizando as artes e tecnologia de nova era; e aprofundando a compreensão dos intervenientes em relação à captura do estado.

Geografia: Os investimentos sob este pilar darão prioridade aos países onde tenham sido conseguidos ganhos, e necessitem de sustentação, e/ou países com necessidade de consolidação democrática. O trabalho sobre a protecção dos HRD será implementado em todo o continente.

1.1 Resistir à captura dos processos e instituições democráticas para defesa contra a subida do autoritarismo

Apoiaremos a geração de conhecimento e o aprofundamento do entendimento sobre a captura das instituições e dos processos democráticos (investigações, pesquisa, publicação e educação sobre as manifestações e impactos da captura, incluindo pelas empresas e tecnologia, em países seleccionados).

Apoiaremos a organização e a mobilização das pessoas para reprimir a captura e a subida do autoritarismo: artistas, organizações comunitárias, movimentos sociais feministas e jovens que desafiem as narrativas existentes, e exijam responsabilização. Isto incluirá: catalisação de diálogos e debates que liguem os pensadores africanos com a participação das pessoas; criação de colaborações regionais; e apoio aos que expõem e desafiam os excessos corporativos e a especulação excessiva. Apoiaremos também agentes cívicos e movimentos sociais em espaços

não governáveis. Reforçaremos o acesso à informação, o jornalismo de investigação e a modelação de narrativas para expôr e destacar a captura e o autoritarismo, e utilizaremos os meios de comunicação para amplificar as vozes da resistência. Apoiaremos a revisão, adopção e implementação de mecanismos da UA contra esta captura.

2. Resistir à captura dos processos e instituições eleitorais

A captura dos processos e instituições eleitorais significa que a maioria das eleições africanas são excessivamente caras e violentas, em instâncias de resultados eleitorais disputados. Apoiaremos iniciativas destinadas à melhoria e manutenção da integridade dos processos e das instituições eleitorais, incluindo organização e advocacia para retirar legitimidade a eleições fraudulentas. Os investimentos criarão a capacidade nas pessoas para promover a reforma eleitoral, e perturbar a captura através da documentação, jornalismo de investigação, comunicação estratégica e litigação estratégica. Apoiaremos a implementação transparente e efectiva das TIC na gestão eleitoral. Aproveitaremos os momentos eleitorais para promover outras exigências fundamentais. Apoiaremos também a participação das mulheres e dos jovens no processo eleitoral, e reforçaremos as capacidades cívicas de análise dos processos eleitorais de forma quantitativa e qualitativa. Será executada uma análise política de cada país onde seja proposto trabalho eleitoral, para guiar investimentos específicos.

3. Promover o acesso à informação, os direitos digitais e meios de comunicação independentes

Para promover o acesso à informação, os direitos digitais e meios de comunicação independentes, apoiaremos a criação de conteúdo e a difusão de informação credível através de plataformas e ferramentas digitais comunitárias, que forneçam contra-narrativas a tentativas dos governos e do sector privado para desinformar a população. Apoiaremos a literacia dos meios de comunicação, e reforçaremos as capacidades cívicas para detectar e expôr a desinformação e a má informação.

Apoiaremos o jornalismo de investigação independente e canais de comunicação alternativos, incluindo reportagens especializadas sobre economia e alterações climáticas. Apoiaremos trabalhos sobre narrativa de mudança, elevando a criação de conteúdo e narrativas africanas, e criaremos solidariedade e redes regionais para reportagens transfronteiriças. Finalmente, apoiaremos um acesso à Internet mais alargado e mais barato, e investiremos na protecção dos jornalistas contra reprimendas.

Reforçar os direitos digitais: Os desenvolvimentos na tecnologia digital apresentam maiores oportunidades para permitir que as pessoas acedam e utilizem a informação para responsabilizar os governos e outros zeladores. Ao mesmo tempo, o aumento da utilização da vigilância digital é uma ameaça para a democratização, tal como é a utilização das paralisações da Internet para restringir a expressão e protesto dos povos. Estas paralisações também restringem o comércio, ameaçando os meios de subsistência.

Investiremos na capacitação para a recolha de dados, e a participação no desenvolvimento de leis relacionadas com a privacidade, a protecção de dados e o acesso à informação. Isto inclui apoiar: a regulação justa da tecnologia digital de uma forma que expanda o acesso à Internet e restrinja a vigilância e o preconceito algorítmico; a responsabilização das grandes empresas tecnológicas sobre a utilização de tecnologia na vigilância, e a utilização de algoritmos para alimentar populismos ou narrativas, e manipulação eleitoral que faça crescer o autoritarismo. Apoiaremos aqueles que promovam os direitos humanos de formas não tradicionais, através da utilização criativa das redes sociais como espaço cívico alternativo, e reforçando as competências das pessoas e organizações na linha da frente.

4. Promoção das artes e cultura para a expressão e participação

Reconhecemos que artes e a cultura, tanto como direitos e como ferramentas para promoção da expressão e da participação. As artes e a cultura são fundamentais para a expansão do espaço cívico, oferecendo avenidas para a sensibilização e permitindo a expressão em espaços fechados, e a vocalização das exigências de libertação dos marginalizados. As artes e a cultura também permitem narrativas diversas, contribuindo para sociedades tolerantes, plurais e democráticas. Apoiaremos os artistas e produtores culturais, incluindo: capacitação em comunidades marginalizadas; e a construção e promoção de plataformas que integrem e reforcem a voz colectiva dos artistas e agentes culturais.

5. Apoiar os HRD no avanço dos direitos e no desafiar dos abusos de poder por agentes estatais e não-estatais

O avanço da expressão e participação terá a oposição de muitos estados africanos, criando riscos para os HRD, os WHRD e os activistas pró-democracia. Apoiaremos e permaneceremos solidários com aqueles que procuram justiça, responsabilização e acesso equitativo aos recursos. Como os WHRD enfrentam um risco maior, enfrentando uma dupla estigmatização e o risco de violência sexual, receberão atenção especial sob este pilar.

Apoiaremos intervenções que forneçam recursos e capacidade para uma resposta de emergência e protecção atempada e eficaz, assim como plataformas para os HRD em toda a África. Para fazer face à vigilância digital, exploraremos novas parcerias para melhorar a segurança digital. Contribuiremos para plataformas de doadores, com a capacidade de envolverem governos e instituições intergovernamentais na criação de um maior foco na prevenção. As ferramentas para promover este portefólio incluirão: criação de subvenções, comunicações estratégicas e advocacia, assim como litigação estratégica.

RESULTADOS ESPERADOS

- Movimentos arrojados, inovadores e eficazes que resistam à autocracia e à captura, e que exijam os seus direitos;
- Movimentos robustos, de base ampla femininos e LGBTIQ+ que resistam ao patriarcado e a outras formas de opressão, e que pressionem os governos e as empresas para respeitarem os direitos das mulheres;
- Aumento da participação cívica e da responsabilização pública, para a distribuição de recursos e fornecimento de serviços público de qualidade;
- Legislação que proteja a privacidade, dados e direitos digitais das pessoas;
- Aumento da diversidade e do pluralismo nos produtores e distribuidores de informação;
- Aumento da exposição do abuso de poder e da corrupção, através do jornalismo de investigação, com os casos a serem levados a tribunal, e a ser feita justiça;
- Aumento da utilização da litigação estratégica para desafiar as acções estatais arbitrárias, e as acções corporativas que violam os direitos humanos;
- Estruturas e plataformas robustas para apoiar os HDR e os WHRD.

2. SEGURANÇA E DIREITOS

Meta 2: Promover uma abordagem baseada nos direitos à governação e responsabilização do sector da segurança, e responder aos desafios existentes e emergentes relacionados com segurança.

Estabilizar e promover a democracia africana requer esforços concertados para resolver a insegurança generalizada do continente. África está atormentada pelos desafios de segurança que originam violações grosseiras e sistémicas dos direitos humanos e crimes graves. A prolongada insegurança de África tem as suas raízes na governação política fracassada, nas políticas económicas e na injustiça global, resultando em desemprego, vulnerabilidade a choques como a COVID-19 e as alterações climáticas, expondo as mulheres e a juventude de África, em particular a violência religiosa e outra violência de identidade fundamentalista e extremista. Os conflitos prolongados transformaram-se em empreendimentos criminosos com interesses profundos, dificultando a sua resolução. Os territórios não governados sob controle de insurgentes e grupos terroristas estão a expandir-se, e os efeitos adversos do comércio perturbado, das alterações climáticas e da (in)segurança alimentar, estão a empobrecer as pessoas e a alimentar mais violência. A geopolítica no Sahel, no Golfo da Guiné, na Bacia do Lago Chade e no Corno de África, e a sua intersecção com várias elites do sector privado (interesses corporativos estrangeiros) e do Estado, permitiu a captura do estado e dos processos democráticos por interesses militaristas. Muitos países que lutam por transitar para a democracia são governados por regimes militaristas, tornando o militarismo um factor chave que dificulta

a transformação democrática. O Chade, a Etiópia, a Nigéria, o Ruanda, o Sudão do Sul, o Sudão, o Uganda e o Zimbabué são alguns exemplos. Apoiaremos o crescimento de um sector de segurança responsabilizável, e promoveremos a supervisão civil das agências de segurança. Investiremos também na mudança das narrativas dominantes sobre o terrorismo, ao mesmo tempo que avançamos na responsabilização pelas violações dos direitos humanos, características das respostas do Estado ao extremismo violento. Embora o nosso enquadramento global seja o da segurança humana, para além da resposta a crises, iremos concentrar-nos nonexo entre insegurança, crise e direitos.

2.1 Apoiar a supervisão civil do, e um sector de segurança responsabilizável

Apoiaremos os esforços no sentido de responsabilização do poder militar pelas autoridades civis, e reformas do sector da segurança, para abordar o papel dos militares nos processos e sistemas democráticos, incluindo as exigências de responsabilização.

Construiremos um entendimento do militarismo através de pesquisa comparativa, mapeando a segurança em países seleccionados. Trabalharemos com a UA e as CER para desenvolver e monitorizar normas e padrões sobre o papel do sector da segurança, incluindo a Agenda 2063 [Livre Movimento, Protocolos de Malabo (Tribunal de Justiça e Direitos Humanos)] e desenvolver sistemas de relatórios com a UA e a ACHPR. Apoiaremos os esforços para responsabilizar o poder militar perante as autoridades civis e as reformas do sector da segurança, a fim de reformular o papel dos militares nos processos democráticos, incluindo o fornecimento de exigências de responsabilização. Apoiaremos também a defesa de direitos para informar e construir alianças com organizações com experiência de nicho em segurança, e desafiaremos a influência de intervenientes estrangeiros nos militares africanos, na medida em que contribui para o aumento da militarização dos processos democráticos.

2.2 Apoiar a mudança de narrativa em torno da insegurança e do terrorismo

Procuraremos alterar as narrativas dominantes sobre o terrorismo, ao mesmo tempo que promoveremos a responsabilização pelas violações dos direitos humanos, características das respostas do Estado ao extremismo violento. Apoiaremos uma análise baseada em evidências sobre o extremismo violento e o fornecimento da referida análise para a participação. Isto incluirá o reforço: da investigação que renuncia às vozes das comunidades afectadas sobre as insurgências continentais no continente; e da investigação sobre os intervenientes estrangeiros envolvidos para promover um enquadramento geopolítico mais matizado. Apoiaremos: a mudança de narrativa no que diz respeito ao terrorismo, centrada nas lacunas de governação e na acção comunitária; e as exigências públicas de transparência jurídica e institucional relacionadas com a segurança e o financiamento militar e acordos de cooperação.

2.3 Protecção e segurança para mulheres e raparigas em zonas de conflito, e promoção de grupos minoritários sexuais e de género

Durante o conflito, a violência sexual, a gravidez indesejada e as DST, incluindo o VIH/SIDA, e o aumento do trauma. As mulheres e as minorias sexuais e de género tendem a sofrer desproporcionalmente. O acesso aos serviços, especialmente à SDR e aos serviços psicossociais, e o acesso ao PEP, crítico para a recuperação, são limitados.

Investiremos na análise feminista da titularização da governança política e económica, e apoiaremos os esforços de construção da paz que criam a capacidade das partes interessadas para prevenir, parar e responsabilizar os autores da violência sexual.

RESULTADOS ESPERADOS

- Em países seleccionados que sofrem de militarismo ou de extremismo violento, as vozes das pessoas afectadas amplificadas em direcção a soluções sustentáveis;
- Um entendimento dos impactos do militarismo e do extremismo violento sobre os afectados informa as respostas do Estado;
- As pessoas afectadas pela utilização de normas e mecanismos regionais, intervenientes estatais, não estatais

e externos responsáveis por violações dos direitos humanos e crimes graves;

- Responsabilização e justiça para as mulheres em contextos militarizados ou contextos de extremismo violento.

3. RESPONSABILIZAÇÃO E JUSTIÇA

Meta 3: Promover democracias responsabilizáveis, justas e inclusivas governadas por legislação na qual os direitos sejam promovidos e protegidos

A responsabilização e a justiça exigem que o Estado e as suas instituições tenham a capacidade de desempenhar e funcionar eficazmente dentro dos constrangimentos da lei. Em muitos países africanos, o estado de Direito e as instituições de responsabilização são cativas ou fracas. As instituições de responsabilização são também patriarcais e não se libertaram das suas raízes coloniais. As leis coloniais classistas e racistas permanecem, as quais criminalizam muitas pessoas. Embora tais leis tenham sido recentemente contestadas com sucesso perante o ACHPR, permanecem a base do policiamento. A existência de vários regimes jurídicos (tradicional, religiosos e estatutários) nega os direitos às mulheres. Esta configuração legal e institucional sustenta o aumento do autoritarismo actual, e complica as exigências de responsabilização em casos de violações dos direitos humanos e crimes graves.

Apoiaremos os esforços destinados a promover o Estado de direito e a desafiar o abuso de poder por parte dos estados, intervenientes não-estatais, do sector privado e estrangeiros no sentido de uma reforma jurídica e institucional, da responsabilização e da justiça.

Geografia: Este trabalho será ancorado em países onde seja possível o reforço jurídico e institucional e em países que enfrentem violações de direitos humanos, crimes graves e impunidade.

1. Promover a transformação institucional e a renovação para responsabilização e justiça

Para promover a responsabilização e a justiça (incluindo justiça de género), apoiaremos a reforma e reforço de mecanismos e instituições independentes de supervisão, em países seleccionados, para promover a transparência e a responsabilização (parlamentar, judicial, dos organismos de gestão eleitoral, dos direitos humanos, do aprovisionamento público, da gestão de recursos públicos e das agências anticorrupção, assim como outros reguladores públicos como o gabinete do provedor).

Apoiaremos as reformas de policiamento e o reforço das capacidades de acusação, para melhoria das capacidades do Estado na realização da justiça e no combate à corrupção. Para melhorar o ambiente político mais amplo que define o carácter e o desempenho destas instituições, apoiaremos também o compromisso proactivo da sociedade civil na concepção e implementação destas reformas através de: formação, plataformas de envolvimento cívico e movimentos sociais; partilha de experiências e aprendizagem Sul-Sul; campanhas e litigações). Apoiaremos os esforços no sentido de um ecossistema pluralista dos meios de comunicação social para investigar e expor os abusos de poder.

2. Reforçar os mecanismos de direitos humanos e de responsabilização jurídica nacionais, regionais e continentais para uma melhor protecção dos direitos humanos e um melhor acesso à justiça

No cerne da responsabilização está o direito a uma reparação eficaz para sobreviventes e vítimas sob a forma de normas, instituições e processos. Apoiaremos intervenções que promovam a independência judicial e a adesão a salvaguardas procedimentais em processos criminais. Apoiaremos a reforma jurídica e política para melhorar as instituições de direitos humanos e responsabilização (instituições nacionais de direitos humanos e agências de supervisão política). Apoiaremos grupos historicamente marginalizados (mulheres, comunidades LGBTQI+ e PWD) na abordagem da discriminação sistémica que lhes nega o acesso à justiça dessas instituições.

Além disso, apoiaremos os esforços destinados a reforçar as capacidades de investigação, os processos de justiça penal internacional e de transição, incluindo: mecanismos de justiça nacionais e sub-regionais. Apoiaremos a documentação dos atores cívicos, a elaboração de relatórios e a defesa de direitos em relação à responsabilização por violações grosseiras e sistémicas dos direitos humanos e crimes graves, incluindo a violência sexual, a nível nacional, regional e internacional.

3. Desafiar o poder corporativo para garantir o funcionamento das instituições públicas sem a influência da captura

Apoiaremos o trabalho sobre negócios e direitos humanos, desafiando os intervenientes estatais e não-estatais que violam os direitos comunitários através do lucro sem benefício comunitário, de danos ambientais e pilhagem através da: geração de conhecimento e pesquisa; jornalismo de investigação; campanhas para expor o controlo estatal e corporativo e exigir responsabilização; litigação interna e extraterritorial; e esforços de reforma em leis, políticas, e regulamentos relacionados. Apoiaremos as vozes que exigem o FPIC, e que garantam que as comunidades afectadas estejam envolvidas na tomada de decisões sobre a partilha de benefícios. Apoiaremos a revisão, adopção e implementação de mecanismos da UA, para mitigação contra a captura dos mecanismos de responsabilização.

4. Apoiar e reforçar movimentos transversais de base ampla para promover a agenda de direitos humanos e responsabilização a nível nacional, regional e internacional

Para reforçar os direitos humanos e a responsabilização, é essencial proteger os indivíduos e os movimentos que estão na vanguarda destas lutas. O continente precisa de movimentos interseccionais de direitos humanos e responsabilização revigorados e robustos, empregando novas táticas e ferramentas para responder eficazmente às necessidades do tempo.

Em reconhecimento do potencial dos jovens africanos para impulsionar a mudança, apoiaremos os movimentos de direitos humanos e responsabilização liderados pelos jovens no desenvolvimento de novas estratégias de organização e mobilização, envolvendo novos aliados e re-energizando a sua base de apoio. Apoiaremos os esforços para desenvolver e promover a liderança dos jovens na sociedade civil, na política e na economia, incluindo através de: aprendizagem transfronteiriça; activismo digital; bem como o desenvolvimento de conteúdos e a mudança da narrativa.

Apoiaremos também a construção de movimentos de solidariedade africana para responder aos desafios dos direitos humanos e da responsabilização em todo o continente, nomeadamente através de instituições e plataformas de protecção.

RESULTADOS ESPERADOS

- Uma governação mais transparente e responsável evidenciada através de uma maior independência e reforço de instituições democráticas, de direitos humanos e de Estado de direito seleccionadas;
- Melhoria das leis e políticas para protecção dos direitos humanos;
- Melhores mecanismos para desafiar o poder e a influência indevidos das empresas;
- Mais cidadãos a organizar e mobilizando-se em movimentos eficazes contra a autocracia e captura, exigindo direitos, desafiando a injustiça e exigindo responsabilização;
- Soluções sustentáveis para conflitos prolongados e crises recorrentes, geradas pelos mais afectados;
- Melhoria da cultura dos direitos humanos e do estado de Direito.

4. OPORTUNIDADE E IGUALDADE

Meta 4: Apoiar normas económicas e sociais progressistas, política e práticas que criem oportunidades e promovam a igualdade e os direitos.

Criar e sustentar sociedades abertas significa restaurar a esperança e confiança que um continente com 1,3 mil milhões de pessoas, com uma idade média de 18 anos, tem no contrato social, nas vida política e nas perspectivas económicas. O futuro do continente depende do facto das mulheres e homens jovens, da comunidade LGBTQI+ e outros grupos marginalizados se sentem seguros, como que pertencendo e podendo participar na melhoria das suas condições, e das condições das suas comunidades. O espaço para a participação pública está a fechar-se. Temos de voltar a catalisar o dinamismo em direcção ao diálogo entre gerações, a uma melhor representação e

participação, acesso a recursos e serviços, e transformação. O preconceito patriarcal, a discriminação e outras desigualdades enraizadas na cultura e na religião, e no colonialismo, continuam a criminalizar, excluir e violar grandes segmentos das populações africanas. As economias africanas continuam a basear-se em padrões de desenvolvimento extractivistas, que geram crescimento sem emprego e estão repletos de clientelismo e procura de rendas, limitados a poucos, muitas vezes num círculo politicamente ligado. Queremos garantir que as normas e práticas políticas, económicas e sociais criam oportunidade e promovem a igualdade, a segurança e os direitos, especialmente das mulheres e dos jovens. Este trabalho será focado nas políticas e regulação que temos, mas somos conhecedores da necessidade de uma propriedade difusa e de um maior serviço para o interesse público. Embora o objectivo a médio prazo sejam as políticas e os regulamentos, o objectivo a longo prazo é mudar as dinâmicas de poder na vida pública em direcção a uma justiça económica.

1. Acesso à justiça e direitos dos marginalizados

Para contrariar a discriminação, melhorar a qualidade e criar uma África mais inclusiva, apoiaremos a reforma jurídica e política, assim como a organização e mobilização para desafiar as barreiras sistémicas enfrentadas pelas pessoas marginalizadas. Apoiaremos os desafios (incluindo os desafios legais) ao armamento das leis e políticas contra a identidade, e apoiaremos a promulgação de leis e políticas para proteger os direitos dos marginalizados. Estruturalmente, apoiaremos abordagens e ferramentas destinadas a melhorar a administração da justiça criminal. As mulheres, as comunidades LGBTQI+ e dos trabalhadores da indústria do sexo, em particular, enfrentam discriminação legal, económica e social.

2. Abordar a desigualdade apoiando políticas e práticas transformadoras

Anos de sub-investimento, juntamente com o enfraquecimento e destruição das instituições públicas devido a falhas de governança interna e pressões externas, fazem com que seja desafiante reconstruir o contrato social. O nosso objectivo é melhorar a capacidade da sociedade civil fragmentada exigir estados mais viáveis, bem apetrechados e responsabilizáveis que deem prioridade ao bem-estar através de políticas sociais progressistas.

Saúde e educação com bens públicos essenciais: Muitos africanos têm de debater-se com serviços públicos inexistentes ou disfuncionais, ao mesmo tempo que não são capazes de exercer o seu direito a estes bens públicos essenciais, exacerbado pela discriminação sistémica por motivos de classes, género, raça, etnia e outros pressupostos. A COVID-19 oferece uma oportunidade para recuperar bens públicos essenciais (saúde e educação). Apoiaremos a organização e mobilização para a acção e responsabilização, focada nos cuidados de saúde e seguro universal, assim como na educação. O nosso foco será os direitos, governança e financiamento destes bens públicos essenciais. Investiremos em instituições responsáveis por garantir o acesso à saúde e à educação, e apoiaremos processos para um maior financiamento doméstico das mesmas. Procuraremos garantir que as perspectivas e ambições africanas também modelam a governança e o financiamento global da saúde e da educação. Este trabalho decorrerá em países seleccionados, conectando a sociedade civil através de especialidades e geografias, em apoio da adopção de compromissos políticos sobre saúde e educação por parte das CER e das instituições continentais.

Participação no apoio da política social, liderada por mulheres e jovens: Apoiaremos movimentos a favor da protecção social, e investiremos na geração de opções políticas sobre este assunto, incluindo através do: aumento do poder negocial dos trabalhadores (mulheres) no sector informal; e trabalhando com os estados, CER e a UA na harmonização, testagem e implementação de quadros multinacionais. Este é um espaço em que poucas filantropias estão dispostas a investir, onde pensamos que pode emergir uma mudança dimensionável. Finalmente, apoiaremos os trabalhos em direcção ao reconhecimento continental da economia dos cuidados como um bloco de construção económica, incluindo pelas alternativas feministas pan-africanas, actualmente subfinanciadas. Embora este trabalho seja transversal a vários países, identificaremos um conjunto limitado de países com oportunidades políticas para promover estruturas dimensionáveis e replicáveis.

3. Apoiar potenciadores e reformas económicas catalisadoras em direcção a economias centradas nas pessoas, inclusivas e sustentáveis

África necessita de resolver as deficiências económicas internas e, externamente, de alavancar a cooperação Sul-Sul para a transformação da arquitectura financeira internacional. Ambas requerem vontade política sustentada e

integração africana, permitindo que o continente fale e aja como um bloco unificado.

Apoiar a justiça fiscal interna e global, para financiar o desenvolvimento: A taxação permanece como uma ferramenta potente para resolver as desigualdades locais e globais. Aproveitaremos o ímpeto global em relação aos impostos, liderado pelas exigências persistentes do Sul Global, para rever as regras fiscais globais e fomentar um continente que seja mais autossuficiente, e que impulse de forma independente o seu desenvolvimento económico. Este trabalho reforçará o ímpeto africano e global para travar os fluxos financeiros ilícitos, através do apoio a sinergias entre a investigação, a sociedade civil e movimentos para criar pressão política para a acção, em países seleccionados onde as necessidades sejam mais prementes e onde exista abertura política. Nacionalmente, investiremos na eliminação da corrupção na gestão dos recursos públicos. A nível continental, apoiaremos as instituições ao abrigo da arquitectura financeira africana (o Banco Central Africano, as autoridades regulamentares financeiras africanas, as instituições fiscais africanas e as agências de rating africanas) e os pedidos de reforma da arquitectura financeira internacional (as políticas fiscais e monetárias que conduzem as crises de dívida cíclicas de África, assim como a regulação dos agentes do sector privado). Na abordagem à dívida soberana, apoiaremos também os mecanismos de responsabilização nacionais.

Fazer com que o comércio e o investimento funcionem para os africanos: O AfCFTA tem o potencial de quebrar os acordos comerciais existentes e ser uma força de mudança progressista. Poderá ser um ponto de união para as pessoas, a sociedade civil, os trabalhos formais e informais (mulheres), e os políticos se envolverem em torno de regras e regulamentos que modelam as nossas economias e actividades económicas. O AfCFTA ainda tem de finalizar os protocolos da fase II sobre investimento, direitos de propriedade intelectual (PI) e política sobre a concorrência. Todos estes afectam a capacidade dos Estados manterem a independência política, sustentarem os direitos, criarem oportunidades e promoverem o desenvolvimento sustentável e a gestão climática. Para promover uma agenda que centro os direitos e as oportunidades, iremos: apoiar a representação e poder da sociedade civil e das empresas locais no modelamento e monitorização da implementação do AfCFTA; promover uma abordagem baseada no género no que respeita ao trabalho forma e informal e ao empreendedorismo local; e apoiar espaços multidisciplinares para que o conhecimento especializado e o activismo africano, promovam propostas de reforma para a justiça de género e climática. Este trabalho terá uma perspectiva sub-regional e continental, e será liderado por organizações âncora com acesso a espaços de comércio e investimento multilateral.

Reformar a gestão dos recursos naturais: O continente permanece economicamente dependente devido a um modelo de desenvolvimento extractivo. A gestão de recursos naturais (para além dos sectores mineiro e do gás, as florestas, rios e mares de África) necessita de uma transformação no que respeita à posse e cadeias de valor internas. Para além da agenda de responsabilização (transparência e direitos comunitários), apoiaremos as exigências para transformação e transições das indústrias extractoras e em direcção a indústrias mais diversificadas, centradas nas pessoas e sensíveis ao clima. Este trabalho irá acontecer continentalmente através do apoio à implementação de estruturas de gestão de recursos naturais regionais e continentais, tais como a Visão para a Mineração Africana da UA.

Apoiar propostas africanas e do Sul Global sobre novos modelos de desenvolvimento económico: Reconhecemos a violência de uma visão neoliberal e financiada, não regulada e não verificada do desenvolvimento, que retira a ênfase do bem-estar das pessoas e das comunidades. Apoiaremos espaços e processos para pensadores, activistas e políticos africanos desafiarem as ortodoxias económicas de formas que reflectam os contextos e as prioridades de África, e vão para além da crítica, com ideias novas. Apoiaremos a reforma do ensino económico nas instituições africanas, e apoiaremos as economias feministas africanas. Apoiaremos as comunicações e a participação para incentivar o apoio popular a novos modelos económicos.

Tecnologia, governança e oportunidade: A quarta revolução industrial é promissora no que respeita à participação pública, à criação de emprego, à novas formas de cura de doenças, ao combate às alterações climáticas, e mais. Mas poderá também concentrar a riqueza e o poder e acelerar as desigualdades. A tecnologia modelará também as dinâmicas geopolíticas, com efeitos potencialmente adversos em África, como local para guerras por procuração. A tecnologia é fundamental para o poder de criação das pessoas, e para aumentar o acesso às oportunidades. No

entanto, é incerto que os países, a sociedade civil, as empresas e as pessoas em África se estejam a posicionar para conversações e acções sobre direitos digitais, cibersegurança, neutralidade na rede, controlo e captura empresarial, propriedade intelectual, normas éticas e por aí fora. Apoiaremos o crescimento de um ecossistema de académicos, artistas, activistas e políticos africanos, equipados para participarem na forma como as tecnologias digitais podem promover a transformação. Apoiaremos:

Transições digitais focadas nas pessoas inclusivas e responsabilizáveis: Os avanços na automação da indústria mineira, dos sectores financeiro e terciário, na tecnologia do comércio e climática terão impactos na política e prática laboral, fiscal e concorrencial, assim como na economia como um todo, incluindo oportunidades e igualdade. Trabalharemos com os reguladores e a sociedade civil para: apoiar a participação política sobre o futuro do trabalho e da fiscalidade; abordar a concertação entre plataformas digitais e governos sobre políticas; e apoiar o diálogo sobre tecnologias verdes e gestão de recursos naturais.

Incentivar a visão africana sobre a intersecção entre tecnologia e sociedade: Os africanos necessitam de considerar com mais intenção quão rapidamente o progresso tecnológico irá modelar a vida política, económica, social e cultural. Apoiaremos plataformas mais robustas para desconstruir e reconstruir visões de mudança, à luz das mudanças tecnológicas. Este trabalho apoiará espaços de reflexão, grupos de reflexão e outros espaços de investigação, novos ou existentes, iniciativas de concepção não ortodoxas, e pensadores para a cocriação de visões africanas sobre o futuro digital.

4. Justiça e governança climática global justa, ancorada nos direitos humanos

Reforçar a acção africana sobre, e os mecanismos para a governança, financiamento e justiça das alterações climáticas: As alterações climáticas continuarão a ser uma ameaça existencial para a vida e o progresso da humanidade. À medida que luta para encontrar soluções tecnológicas, políticas, económicas e sociais avança, os estados e os povos africanos têm de ser, não só, participativos, mas também reforçar os princípios da responsabilidade equitativa e partilhada. Há necessidade de criar capital político interno (regional e continental), para apoiar uma liderança e um alinhamento mais progressista das políticas e dos regulamentos sobre o clima, contra a janela de oportunidade para novas actividades económicas, emprego e justiça ambiental. Os sectores críticos para o continente incluem: energia, agricultura juntamente com as terras, água e os mercados do carbono. O nosso objectivo é cultivar o capital político e social para a acção climática, participar na governança global do clima e resolver os crimes ambientais. Apoiaremos a expansão da organização e mobilização das partes interessadas, acelerando o desenvolvimento e a implementação de estratégias nacionais em matéria de adaptação e mitigação climática, e promovendo a biodiversidade africana.

Iremos: estimular uma onda de coligações de povos lideradas por mulheres e jovens, movimentos que utilizem a investigação climática centrada em África para se relacionarem com as negociações climáticas internas e globais; apoiar a defesa das agendas africanas relativas às alterações climáticas; apoiar a defesa contra um financiamento climático mais transparente, justo e responsável; e d) apoiar a organização e a mobilização para combater os crimes ambientais em regiões geográficas seleccionadas.

RESULTADOS ESPERADOS

- Comunidades cívicas reforçadas e conectadas (activistas e movimentos ambientais) entre países e sub-regiões, para a solidariedade e acção sobre a tomada de decisões e políticas;
- Melhor coordenação cívica sobre as exigências de transparência e responsabilização no que respeita à acção climática;
- Novo pensamento e modelos alternativos de desenvolvimento económico sobre transições justas;
- Participação africana e centrada em África mais estratégica (estatal e não estatal) nas respostas globais às alterações climáticas.

5. DIREITOS DAS MULHERES

Reconhecemos as ameaças à **autonomia corporal** das mulheres (SDSR e violência sexual); a **autonomia política** das mulheres (espaço fechado para organização e mobilização; conflito e insegurança); e a **autonomia económica** (a corrupção elimina a tão necessária segurança económica e social, bem como os impactos da COVID-19 sobre os direitos socioeconómicos). Propomos um pilar sobre Direitos das Mulheres, para promover as perspectivas feministas e os direitos das mulheres. Apoiaremos o domínio no estabelecimento de uma agenda para a justiça de género e os direitos das mulheres. Asseguraremos que todo o nosso trabalho promova a justiça de género e os direitos das mulheres nos outros quatro pilares. Vamos, tecnicamente, apoiar a equipa executiva para que possam garantir que fornecemos resultados às mulheres.

O trabalho feminista tem contribuído para o crescimento dos movimentos SDSR e LGBTQI+, bem como para os movimentos feministas mais jovens e das profissionais do sexo. Estes têm sido robustos, por vezes, e estagnados, outras vezes – muitas vezes afectados por sub-recursos. Os conceitos de género e sexualidade são dinâmicos e, trabalhando dentro de um binário, algumas intervenções provaram ser excludentes. A inclusão das comunidades trans, intersexo e não-conformes como géneros tem sido limitada, apontando para a justiça de género ser mais estratificada. O nosso entendimento aspecto, exige um alargamento para garantir que nenhum género seja marginalizado ou excluído.

Tanto nos movimentos estabelecidos como nos novos, as mulheres marginalizadas tiveram que enfrentar a intolerância cultural e religiosa, a exploração e a violência sexual. Os movimentos não podem funcionar isoladamente e devem mostrar solidariedade pelas diferentes formas de marginalização e desigualdade. A luta pela justiça de género está ligada a lutas mais queer, lutas das mulheres jovens, lutas laborais e económicas, lutas pela justiça climática e lutas pela justiça racial. A construção do movimento feminista intersectorial é um imperativo.

1. Posicionar os direitos das mulheres africanas a nível mundial

Conectaremos com outras entidades da OSF, bem como a outros intervenientes globais, para promover a visibilidade e a voz das mulheres africanas a nível mundial, através da criação e do apoio a plataformas e espaços de mulheres africanas diversas, das suas comunidades, organizações, redes e movimentos, para se envolverem interna e externamente.

2. Fortalecer o campo para ancorar o trabalho dos outros pilares

Apoiaremos este domínio na definição da agenda para a justiça de género e os direitos das mulheres nos outros quatro pilares. As crises de governação em vários países (que resultaram no encerramento do espaço cívico e no esgotamento do financiamento) , o aumento dos movimentos anti-género e a COVID-19 resultaram na redução ou encerramento das organizações de direitos das mulheres. Precisamos de ajudar a reviver o domínio , incluindo através da ligação de diferentes lutas. Mas também existiram mudanças positivas, apresentando-nos uma oportunidade de influenciar e reconstruir o domínio de uma forma positiva.

3. Apoiar movimentos feministas intersectoriais

As formas de opressão interligadas e os desafios complexos crescentes estão a moldar a política global, apelando a movimentos intersectoriais que sejam inclusivos na sua forma e abordagens. Conectaremos movimentos não conectados habitualmente, explorando, projectando e alavancando modelos de estruturas do cuidado e de cura.

4. Fortalecimento da produção e captação de conhecimento feminista intersectorial

Daremos prioridade à produção e à captação de conhecimento intersectorial e feminista, para informar como interpretamos o mundo e melhoramos a qualidade do nosso trabalho e parcerias. O conhecimento e as narrativas feministas permitir-nos-ão ir além dos binários do Norte Global e do Sul Global para as dinâmicas de poder baseada no género a nível global.

RESULTADOS ESPERADOS

- A OSF prioriza a justiça de género e os direitos das mulheres em todo o seu trabalho;
- A OSF é uma das principais contribuintes e apoiante da justiça de género e dos direitos das mulheres, com pelo menos 30% dos nossos orçamentos destinados a isso, em todos os pilares;
- Movimentos feministas intersectoriais e inter-geracionais fortes e bem apetrechados;
- Ideias alternativas sobre as realidades políticas, económicas e sociais das mulheres africanas;
- O conhecimento e as práticas feministas africanas moldam a justiça de género, e as estratégias, programas e iniciativas de direitos das mulheres.
- As mulheres africanas afirmam os seus direitos através de formações, organizações, redes e movimentos cada vez maiores.

6. INICIATIVAS ESPECIAIS

Três iniciativas especiais apoiarão as nossas ambições estratégicas, cada uma servindo objectivos distintos e transversais a todos os pilares. Estes factores não são paralelos ao nosso trabalho, são factores potenciadores centrais e fundamentais que ligam os pilares.

1. Revigoreamento da sociedade civil pan-africana: descolonização do meio académico e influência política e investigação com maior impacto

Financiamento e apoio mais substanciais, flexíveis, a longo prazo e previsíveis para os promotores de alterações africanos (a Iniciativa Sunrise): A sociedade civil africana que opera entre países e que envolve instituições continentais enfrenta desafios agudos e de longa data. Falta-lhes financiamento adequado, levando a falhas de governação, liderança e estratégia. São incapazes de sustentar testes rigorosos das suas ideias nos níveis necessários. Dedicaremos uma injeção inicial de, pelo menos, metade do nosso orçamento ao financiamento central, flexível e previsível para um ecossistema de organizações âncora a nível continental, regional, nacional e local (incluindo a atribuição de 30% a organizações lideradas por mulheres e jovens).

O nosso apoio irá para além do financiamento, para garantir que os nossos criadores de mudança desenvolver melhores caminhos em direcção à sustentabilidade, através da integração do desenvolvimento organizacional na nossa criação de subvenções. Esta iniciativa necessitará de pelo menos dois colaboradores dedicados, cujo foco principal será garantir a clareza da finalidade, avaliação e aprendizagem, apoiados por um grupo representativo de todos os funcionários do programa. A iniciativa não é isolada (fora da nossa criação de subvenções regular). É um compromisso claro sobre como iremos alocar o nosso orçamento ao abrigo desta estratégia. Seguindo o ciclo de vida desta estratégia e após avaliação, existe a possibilidade de aprofundar este trabalho através de uma dotação com um mandato focado.

Um centro de política continental: Criaremos um centro de política como plataforma para a sociedade civil africana envolver a UA em Addis Ababa mais robustamente numa base sustentada. O objectivo é promover a implementação - e desafiar a regressão - de normas continentais relacionadas com os nossos pilares através do apoio a uma nova colheita de organizações pan-africanas que promovam a UA centrada nas pessoas que queremos. O centro de política servirá também como espaço focal para o envolvimento político da OSF com a UA, para os centros de política da OSF em Bruxelas e Washington, DC. Aumentar o capital de advocacia da OSF no Sul Global faz parte da transformação da OSF numa organização mais global com uma pegada geográfica estratégica, alinhada com o

nosso contexto geopolítico em vários polos.

Iniciativas académicas, de investigação e de educação superior africanas com mais recursos e ligações: Um histórico de sub-investimento, politização do legado do ajuste colonial e estrutural, agravou a divisão entre os espaços de investigação globais com boas dotações, e os do continente. A qualidade da investigação do continente será um activo para modelar as nossas sociedades num mundo globalizado. A descolonização da educação superior é uma prioridade. Apoiaremos as iniciativas e redes académicas, de investigação e de educação superior.

2. Promover a influência africana pelo mundo

Dada a intensificação do interesse dos agentes externos em África, a geopolítica actual com novas oportunidades e desafios para África se afirmar globalmente, e a fragmentação das posições sobre política externa de África, é fundamental criar um Instituto Africano para as Relações Internacionais para abordar estas questões. O Instituto servirá como um recurso independente, propriedade e liderado por África para os académicos, a sociedade civil, o sector privado, os políticos africanos e para os Estados-Membro da UA, para a produção de análise de dados de qualidade centrada em África, e orientado para a política externa, articulando os interesses pan-africanos a longo prazo e estratégicos centrados nos povos africanos, e para reforçar as relações de África com o resto do mundo. Presentemente, não existe um Instituto como este. Será dada atenção às mulheres africanas nas relações internacionais, criando oportunidades inter-geracionais para as futuras investigadores e políticas africanas interagirem com os nossos experientes antigos diplomatas, mediadores e comandantes de forças operacionais, indo para além das relações internacionais centradas no estado, e encorajando os agentes não-estatais como influenciadores e determinantes fundamentais das relações internacionais. O nosso papel é catalisar e fomentar esta iniciativa testando várias ideias concebidas para convergir, em última análise, no Instituto.

RESULTADOS ESPERADOS

- Interação sustentada da sociedade civil com a UA;
- Um Instituto Africano de Relações Internacionais que aborde a fragmentação estrutural da política externa Africana;
- Investigadores africanos, organizações da sociedade civil e criadores de política actuais envolvendo antigos diplomatas, mediadores, comandantes de forças policiais e instituições continentais.